

Uma Constituição inovadora

Há dias dizíamos aqui que, na véspera da constituinte devíamos nos engolfar na discussão de temas e propostas constitucionais. Demos então, como paradigma, o esboço ou projeto de constituição elaborado pela Comissão Afonso Arinos por solicitação do presidente Sarney. Sallentamos daquele projeto um ponto muito importante: a modificação completa do regime representativo, apontando, ao que nos parece bem nitido, para uma moderna democracia parlamentarista.

Quando se fala em parlamentarismo no Brasil, muitos torcem o nariz lembrando a malograda experiência de 1961, quando, para evitar um conflito interno e uma ruptura mais grave na vida política brasileira, se adotou o sistema parlamentarista de governo, na sua forma mais simples ou ortodoxa, para dar posse ao presidente João Goulart. Aquele era um sistema frágil, está bem visto, por ter sido abortado e não nascido. Surgido da anormalidade não podia vingar. Jango não teve dificuldade de reconquistar o presidencialismo com o apoio do povo, no plebiscito. Agora é uma constituinte eleita para este fim que irá decidir entre presidencialismo e parlamentarismo.

O parlamentarismo sugerido pela Comissão Afonso Arinos é mais consistente, mais moderno mesmo. Na proposição o Presidente da República, é claro, tem os poderes de indicar o presidente do Conselho de Ministros, comandar as forças armadas, promover os generais das três armas, nomear os juizes e a maioria das atribuições atuais do chefe de Estado, ficando a administração do país confiada tão-somente ao Conselho de Ministros. A falha comumente apontada no parla-



mentarismo é o confronto entre estes dois poderes. Ai é que entra a inovação da proposta Afonso Arinos: cria o Conselho de Estado para funcionar como algodão entre cristais, interposto entre o Presidente da República e o presidente do Conselho de Ministros, o que sem dúvida democratiza realmente o sistema de governo. O Conselho de Estado tem como membros natos o Presidente e o vice-Presidente da República, os presidentes da Câmara e do Senado Federal, o presidente do Conselho de Ministros, os líderes da

maioria e da minoria da Câmara dos Deputados e mais seis cidadãos de ilibada reputação e notório saber; dois deles indicados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois pela Câmara dos Deputados, com mandato de seis anos. Nas decisões mais importantes o Presidente da República terá que ouvir esse conselho. Não será dissolvida a Câmara, como nos demais sistemas parlamentares, sem antes ouvir o referido Conselho de Estado. A proposta estabelece a criação do instituto do refe-

rendo popular para as emendas constitucionais e o Presidente só poderá pedir o referendo com audiência desse bendito Conselho inovador.

Mais inovador ainda se mostra o novo órgão político governamental da proposição quando permite ao Presidente, depois de consultá-lo, é claro, nomear novo Gabinete quando a Câmara dos Deputados se negar pela segunda vez consecutiva a votar a indicação do novo Gabinete. Como se vê, com esse sistema acaba-se o conflito que, via de regra, inviabiliza o sistema parlamentarista — Parlamento e chefia de Estado digladiando-se pela formação do governo e gerando crises em cima de crises políticas. A sabedoria da nova proposta, ressalte mais uma vez, elimina toda possibilidade de crise. O país não ficaria sem governo quando se formasse um bloco oposicionista dentro do Congresso disposto a inviabilizar a ação presidencial e a do Conselho de Ministros.

Isto é democracia demais, seu mano — diria o poeta Girão Barroso com sua verve e sua sabença. E acrescentaríamos que bem haja ter sido o velho e sábio Afonso Arinos sido eleito para que possa, na próxima constituinte levar idéias como essas para os jejunos que se sentarão ao seu lado para nos dar uma nova Carta constitucional, sob cujos princípios inovadores a Nação poderá atingir todos os seus anseios de progresso e bem-estar para o povo. Nesse sentido já trabalha a Nova República, cuja tônica governamental é a opção pelos pobres. Mas, alicerçada numa Constituição moderna e completa, a administração José Sarney poderá fazer muito mais ainda em favor do País e de sua população.